



PORTE PAGO

DR/SP

ISR - 40 - 3051/81

Diário Oficial

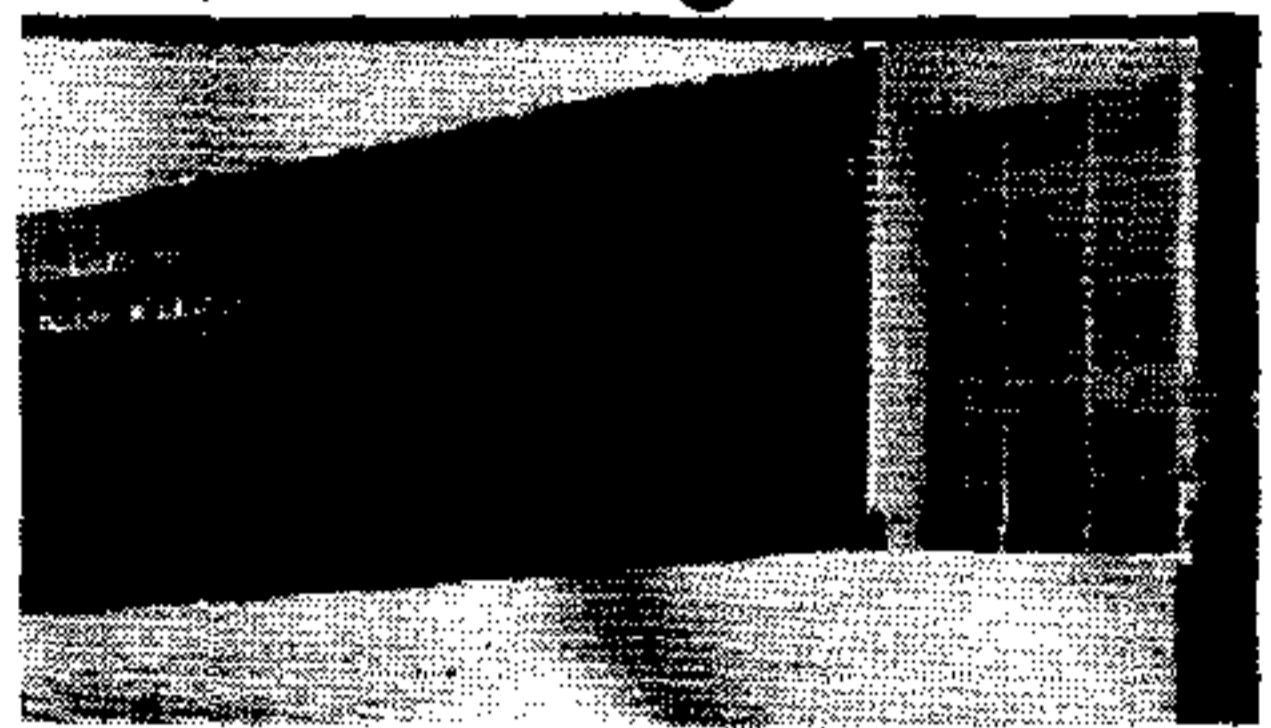
Estado de São Paulo

Diário da Assembléa Legislativa - 13ª Legislatura

Presidente: Paulo Kobayashi

1º Vice-Presidente: Vaz de Lima
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos da Silva1º Secretário: Milton Monti
2º Secretária: Maria Cecília Passarelli3º Secretário: Roque Barbieri
4º Secretário: Sylvio MartiniPalácio Nove de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, 5/14º
Itaipuera - Fone: 666-6122

Poder Legislativo



http://www.imesp.com.br

Volume 107 • Número 120 • São Paulo, sábado, 28 de junho de 1997

ATOS

RESOLUÇÃO

Resolução n.º 782, de 27 de junho de 1997

Dispõe sobre a criação do "Fórum Parlamentar de Assuntos Latino-Americanos", e dá providências correlatas

A Mesa da Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II, do artigo 14 da VIII Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1.º - Fica criado, em caráter permanente, o "Fórum Parlamentar de Assuntos Latino-Americanos", com sede na Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo.

Artigo 2.º - O Fórum a que se refere o artigo anterior é composto de 11 membros, assegurada, tanto quanto possível, a representação dos Partidos, no Regimento Interno.

Artigo 3.º - Ao "Fórum Parlamentar de Assuntos Latino-Americanos" compete:

I - Discutir todos os assuntos relativos à integração latino-americana, assim entendidos os países americanos de língua latina da América do Sul, América Central, Caribe e México, que envolvam direta ou indiretamente os interesses da população paulista.

II - Fazer-se representar perante o Mercosul, como órgão interessado em contribuir para a solução das questões referentes à integração latino-americana.

III - Promover debates, palestras e ações relacionadas aos temas pertinentes à América Latina, bem como o intercâmbio de experiências sócio-econômicas e políticas com vistas ao fortalecimento da democracia.

IV - Promover, no âmbito de suas atribuições, o intercâmbio entre os diversos órgãos estaduais na busca de discutir políticas relacionadas à integração latino-americana.

V - Utilizar todos os meios legais e regimentais a consecução de seus objetivos.

Artigo 4.º - A instalação do "Fórum Parlamentar de Assuntos Latino-Americanos" ocorrerá no prazo de 30 dias, a contar da publicação da presente Resolução.

Artigo 5.º - Os membros do "Fórum Parlamentar de Assuntos Latino-Americanos" serão indicados por escrito pelos Líderes de Partido, e nomeados por Ato do Presidente da Assembléa, nos mesmos termos do disposto no artigo 27 da VIII Consolidação do Regimento Interno.

Parágrafo único - Os membros indicados para a instalação do Fórum exercerão suas funções até serem substituídos no início da sessão legislativa do biênio seguinte.

Artigo 6.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo, aos 26 de junho de 1997.

A) PAULO KOBAYASHI, Presidente
a) Milton Monti, 1.º Secretário
a) Cecília Passarelli, 2.º Secretária

ORDEM DO DIA

30 DE JUNHO DE 1997
95ª SESSÃO ORDINÁRIA

Proposições em Regime de Urgência

1-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 137, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, criando a autarquia Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE. Com emendas. Parecer n.º 645, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emendas, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, com subemendas e contrário às demais. Parecer n.º 646, de 1996, da Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, às emendas do relator especial pela Comissão de Justiça, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. Parecer n.º 647, de 1996, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, à emenda de n.º 21, na forma de sua subemenda, às emendas de n.ºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2- Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 1, de 1997, apresentado pelo Sr. Governador, acrescentando dispositivo ao Decreto-lei Complementar n.º 7, de 1969, que dispõe sobre entidades descentralizadas. Parecer n.º 231, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

3-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 405, de 1991, (Autógrafo n.º 23451), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Luiz Carlos da Silva, autorizando o Poder Executivo a celebrar convênios, com as Prefeituras Municipais e consórcios intermunicipais, para financiar estudos da viabilidade e implantação de sistemas de tratamento de lixo domiciliar que visem o fomento da reciclagem global dos resíduos. Parecer n.º 868, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 1188, de 1991, (Autógrafo n.º 23110), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Ivan Valente, dispoondo sobre a recomposição da cobertura vegetal do Estado. Parecer n.º 469, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 53, de 1992, (Autógrafo n.º 23325), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Ricardo Tripoli, dispoondo sobre a Política Estadual de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Parecer n.º 588, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao artigo 2º das Disposições Transitórias e contrário às demais partes vetadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 344, de 1993, (Autógrafo n.º 23156), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, dispoondo sobre a proibição da instalação de bombas de Auto-Serviço ("Self-Service") em todos os postos de abastecimentos de combustível no âmbito do Estado. Parecer n.º 478, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 596, de 1993, (Autógrafo n.º 23331), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Roque Barbieri, dispoondo sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento da Região Nordeste do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado). Parecer n.º 190, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 754, de 1993, (Autógrafo n.º 23531), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadj, dando a denominação de "Prof. Dr. Antônio Ferreira Cesarino Jr." à sede da Secretaria de Estado de Relações do Trabalho, na Capital. Parecer n.º 1028, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 802, de 1993, (Autógrafo n.º 23044), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Antenor Chicarino, dispoondo sobre a proteção ambiental do Vale do Ribeira. Parecer n.º 428, de 1996, da Comissão

de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 963, de 1993, (Autógrafo n.º 23453), vetado totalmente, apresentado pela deputada Célia Leão, autorizando o Poder Executivo a firmar convênio com as Associações de Despachantes Policiais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 289, de 1994, (Autógrafo n.º 23556), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Edson Silva, dando a denominação de "Professor Quirino Rodrigues de Arruda Filho" à Escola Estadual de 1º Grau Conjunto Habitacional Cidade Nova I, em Itu. Parecer n.º 1029, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 334, de 1994, (Autógrafo n.º 23375), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Dalla Pria, dando a denominação de "Aristides Teodoro de Lima (Tidinho Junqueira)" à via de acesso que liga Populina à SP-463. Parecer n.º 802, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 427, de 1994, (Autógrafo n.º 23401), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Osvaldo Sbeghen, dando a denominação de "Sebastião Aleixo da Silva" à Estação Ecológica de Bauru, naquele Município. Parecer n.º 803, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 560, de 1994, (Autógrafo n.º 23398), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Erasmo Dias, dispoondo sobre a construção da Rodovia Parrelhos-Itanhaém. Parecer n.º 869, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 91, de 1995, (Autógrafo n.º 23378), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Carlos Tonin, dando a denominação de "Oscar Steffen" à Estação de Transformação e Distribuição (ETD), da Eletropaulo, no município de Indaiatuba. Parecer n.º 861, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 92, de 1995, (Autógrafo n.º 23454), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispoondo sobre o transporte gratuito e obrigatório de Policiais Militares fardados. Parecer n.º 873, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 105, de 1995, (Autógrafo n.º 23455), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Rui Falcão, dispoondo sobre as contribuições devidas à Carteira da Previdência das Serventias não oficializadas de Justiça do Estado. Parecer n.º 870, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 124, de 1995, (Autógrafo n.º 23333), vetado totalmente, apresentado pela deputada Beatriz Pardi, incluindo atividades que discutam os problemas sociais do Brasil, no Calendário das Escolas Públicas Estaduais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 200, de 1995, (Autógrafo n.º 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispoondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer n.º 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 222, de 1995, (Autógrafo n.º 23485), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadj, dispoondo sobre a criação do Banco Estadual de DNA para diagnosticar o Câncer de Mama. Parecer n.º 862, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 244, de 1995, (Autógrafo n.º 23346), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sidney Cinti, dispoondo sobre a assistência religiosa na Polícia Militar do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 249, de 1995, (Autógrafo n.º 23326), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Kito Junkeira, alterando a Lei n.º 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição

ambiental. Parecer n.º 191, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 260, de 1995, (Autógrafo n.º 23456), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Toninho da Pamonha, dispoondo sobre exigências para transporte de produtos alimentícios perecíveis no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 362, de 1995, (Autógrafo n.º 23149), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispoondo sobre a gratuidade de passagem nos serviços de transporte coletivo de responsabilidade do Estado às mulheres maiores de 60 anos de idade. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 368, de 1995, (Autógrafo n.º 23347), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Uebe Rezek, dispoondo sobre a criação do programa de reciclagem para os médicos do Estado. Parecer n.º 508, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 403, de 1995, (Autógrafo n.º 23348), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispoondo sobre fornecimento pela Rede Pública Estadual da Saúde, de medicamentos de uso contínuo e continuado. Parecer n.º 509, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 474, de 1995, (Autógrafo n.º 23166), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, alterando a Lei n.º 7.645, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 492, de 1995, (Autógrafo n.º 23459), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Aloísio Vieira, autorizando o Poder Executivo a implementar mecanismos de concessão de auxílio temporário às empresas do setor produtivo estabelecidas no território do São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 525, de 1995, (Autógrafo n.º 23246), vetado totalmente, apresentado pelo deputado César Callegari, dando a denominação de "Professora Cândida Neves Oliveira Canjô" à Escola Estadual de 1º e 2º Graus Cidade Soynco II, em Guarulhos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 537, de 1995, (Autógrafo n.º 23419), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Carlos Tonin, dando a denominação de "Pedro Moraes" ao trevo de acesso ao Parque Residencial Itamaraty, na Rodovia SP-107, em Artur Nogueira. Parecer n.º 890, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

31- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 545, de 1995, (Autógrafo n.º 23408), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jayme Gimenez, dando a denominação de "Fioravante Bellini" ao trecho da Rodovia SP-473, entre o Município de Gastão Vidigal e a confluência com a Rodovia SP-310, em Floreal. Pareceres n.ºs 961 e 962, de 1997, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

32-Veto-Discussão e votação do Projeto de lei n.º 575, de 1995, (Autógrafo n.º 23352), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Carlos Alberto Bel, dispoondo sobre a obrigatoriedade do acompanhamento de instruções, em português, sobre uso, instalação e de advertência sobre riscos, nos produtos eletro-eletrônicos importados comercializados no Estado. Parecer n.º 511, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

33- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 579, de 1995, (Autógrafo n.º 23461), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Campos Machado, autorizando o Poder Executivo a implantar a Universidade Aberta de São Paulo - UNAB/SP. Parecer n.º 874, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

34- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 592, de 1995, (Autógrafo n.º 23499), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Paschoal Thomeu, autorizando o Executivo a firmar convênios para a prestação de serviço médico emergencial, gratuito, nas rodovias paulistas. Parecer n.º 960, de

SUMÁRIO

Atos	1
Ordem do Dia	1
Pauta	3
Oradores Inscritos	3
Expediente	3
Atos Administrativos	9
Comissões	9
Debates	10
Pronunciamentos de Sessões Anteriores	—
TRIBUNAL DE CONTAS	11

Este caderno, com 20 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.